

**Formulário de Resposta aos recursos – NODT NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO –
AGENTE ADMINISTRATIVO**

| Questão | Justificativa | Conclusão (Deferido ou Indeferido) | Resposta Alterada para: |
|--------------------------|--|------------------------------------|-------------------------|
| TIPO 1: 41 TIPO 2: 42 | <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>O art. 145 da CF/88 estabelece de forma taxativa as espécies tributárias: impostos, taxas e contribuições de melhoria, além das contribuições especiais previstas em outros dispositivos constitucionais.</p> <p>Não há previsão constitucional para que Município crie “novas” espécies tributárias fora desse rol — a competência tributária é derivada da Constituição e não pode ser exercida por analogia ou inovação legislativa.</p> <p>A criação de uma “contribuição extraordinária de melhoria urbana” como</p> | INDEFERIDO | GABARITO MANTIDO |

| | | | |
|-------------------------------------|---|------------|------------------|
| | <p>nova espécie tributária não é admitida, pois não se enquadra nas figuras existentes e não possui amparo constitucional.</p> <p>Resposta correta: (E) A instituição pretendida é indevida, pois a Constituição Federal estabelece taxativamente os tributos admitidos no sistema, de modo que o rol previsto no art. 145 é exaustivo e não permite a criação de figuras tributárias atípicas.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p> | | |
| <p>TIPO 1: 45</p> <p>TIPO 2: 47</p> | <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Instrumento normativo – a medida provisória pode instituir ou majorar tributos, pois possui força de lei, exceto nas hipóteses expressamente vedadas pela Constituição Federal (art. 62, §§ 2º e 3º). O Supremo Tribunal Federal já reconheceu a possibilidade de</p> | INDEFERIDO | GABARITO MANTIDO |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | <p>criação de tributos por MP, desde que sejam observados todos os demais princípios constitucionais tributários, como legalidade, anterioridade e irretroatividade.</p> <p>Retroatividade – o art. 150, III, “a”, da CF proíbe a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início de vigência da lei que os instituiu ou aumentou. Assim, um tributo criado em dezembro/2025 não pode incidir sobre movimentações financeiras realizadas em outubro/2025.</p> <p>Anterioridade – além de ser vedada a retroatividade, o tributo instituído (neste caso, uma contribuição) deve respeitar os princípios da anterioridade anual (art. 150, III, “b”) e, quando aplicável, da anterioridade nonagesimal (art. 150, III, “c”), salvo hipóteses excepcionais previstas na própria Constituição — que não abrangem a situação apresentada.</p> | | |
|--|--|--|--|

| | | | |
|----------------------------------|--|------------|------------------|
| | <p>Resposta correta: (C) – A cobrança retroativa viola o princípio da irretroatividade tributária, e a instituição por medida provisória é possível, desde que atendidos os princípios da anterioridade anual e, quando cabível, da anterioridade nonagesimal.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p> | | |
| <p>TIPO 1: 46 TIPO 2: 43</p> | <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Finalidade extrafiscal – a Constituição admite a utilização de tributos com função extrafiscal, especialmente para regular condutas e desestimular ou incentivar determinados comportamentos, como ocorre com produtos nocivos à saúde ou à segurança pública.</p> <p>Isonomia tributária – o art. 150, II, da CF veda tratamento desigual entre contribuintes em situação equivalente, mas</p> | INDEFERIDO | GABARITO MANTIDO |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | <p>não proíbe diferenciações legítimas quando baseadas em critérios objetivos e razoáveis de política pública. A majoração seletiva do ICMS sobre armas e bebidas alcoólicas, desde que não arbitrária, pode ser compatível com a isonomia.</p> <p>Vedação ao confisco – o art. 150, IV, da CF proíbe o uso de tributo com efeito confiscatório para qualquer tributo, independentemente de ser federal, estadual ou municipal, direto ou indireto. Assim, se a alíquota for excessivamente elevada, poderá ser considerada confiscatória.</p> <p>Resposta correta: (A) – A majoração de alíquota com finalidade extrafiscal é admitida, desde que não se traduza, na prática, em confisco disfarçado ou em violação ao princípio da razoabilidade tributária.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p> | | |
|--|--|--|--|

| | | | |
|--------------------------|---|------------|------------------|
| TIPO 1: 47 TIPO 2: 45 | <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Fato gerador do ICMS transporte – o ICMS sobre transporte (art. 155, II, CF e LC 87/96) incide sobre a prestação de serviço de transporte interestadual ou intermunicipal de bens, pessoas ou valores, e a base de cálculo corresponde ao valor do serviço efetivamente prestado.</p> <p>Seguro privado contratado à parte – quando o seguro não é exigido por lei nem imposto pelo prestador do serviço, mas sim contratado por iniciativa do próprio contribuinte junto a terceiro, não há relação direta e indissociável com o fato gerador do ICMS.</p> <p>Jurisprudência do STF – o Supremo já firmou entendimento de que apenas valores diretamente vinculados e necessários à</p> | INDEFERIDO | GABARITO MANTIDO |
|--------------------------|---|------------|------------------|

| | | | |
|-------------------------------------|--|------------|------------------|
| | <p>prestação de transporte integram a base de cálculo do ICMS. Despesas acessórias opcionais, como seguro contratado de forma autônoma, não podem ser incluídas, sob pena de violação ao princípio da legalidade tributária e à definição legal de base de cálculo.</p> <p>Resposta correta: (C) – a inclusão de valores de seguro contratado por iniciativa do contribuinte na base de cálculo do ICMS sobre transporte viola o princípio da legalidade e o critério da vinculação direta ao fato gerador.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p> | | |
| <p>TIPO 1: 48</p> <p>TIPO 2: 50</p> | <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>CTN, art. 151, VI – O parcelamento é causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário, impedindo</p> | INDEFERIDO | GABARITO MANTIDO |

| | | | |
|--|---|--|--|
| | <p>a cobrança judicial enquanto vigente.</p> <p>Efeitos da inadimplência – A simples falta de pagamento de parcelas não autoriza automaticamente a execução fiscal. É necessário que o parcelamento seja formalmente rescindido conforme previsto na lei ou no acordo, para que cesse a suspensão da exigibilidade.</p> <p>Situação narrada – Como o parcelamento não foi formalmente rescindido, o crédito ainda está com exigibilidade suspensa, e a execução ajuizada viola o art. 151, VI, do CTN.</p> <p>Resposta correta: (B) – A exigibilidade do crédito tributário permanece suspensa durante a vigência do parcelamento, e sua simples inadimplência não autoriza o imediato ajuizamento da execução fiscal sem prévia rescisão do acordo.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p> | | |
|--|---|--|--|

| | | | |
|--------------------------|--|------------|------------------|
| TIPO 1: 49 TIPO 2: 44 | <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Lei nº 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal) – O art. 11 estabelece a ordem de preferência da penhora (dinheiro em primeiro lugar), mas não exige que o juiz tente constrição de outros bens antes de buscar dinheiro, especialmente quando há resistência do devedor ou risco à efetividade da execução.</p> <p>Jurisprudência do STJ – A Corte já consolidou que a penhora on-line via BacenJud (atualmente SisbaJud) pode ser determinada sem prévia tentativa de penhora de outros bens, desde que justificada, principalmente quando há indícios de ocultação de patrimônio, demora no cumprimento da execução ou comportamento de resistência do devedor (ex.: REsp 1.184.765/PA e Súmula 560/STJ).</p> | INDEFERIDO | GABARITO MANTIDO |
|--------------------------|--|------------|------------------|

| | | | |
|----------------------------------|---|------------|------------------|
| | <p>Caso narrado – O devedor foi citado, não indicou bens, e há presunção de insolvência. Isso, somado à inércia, autoriza a penhora eletrônica diretamente para assegurar a efetividade da execução.</p> <p>Resposta correta: (E) – A penhora por meio eletrônico de ativos financeiros é admitida mesmo sem tentativa prévia de outras formas de constrição, desde que haja indícios de ocultação de patrimônio ou resistência à execução.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p> | | |
| <p>TIPO 1: 50 TIPO 2: 49</p> | <p>Em resposta à fundamentação do candidato, após análise desta banca conclui-se que o recurso não assiste ao recorrente, devido aos fatos apresentados abaixo:</p> <p>Natureza da taxa de licença – Trata-se de taxa de polícia administrativa (poder de polícia), vinculada ao controle do exercício de atividades econômicas no território municipal.</p> | INDEFERIDO | GABARITO MANTIDO |

| | | | |
|--|---|--|--|
| | <p>Base legal e fato gerador – O art. 78 do CTN define que o poder de polícia pode gerar cobrança de taxa pela simples disponibilidade e possibilidade de fiscalização, ainda que não haja ato fiscalizatório efetivo naquele exercício.</p> <p>Lei Complementar nº 65/2007 (CTM de Alto Alegre dos Parecis) – Segue a lógica do CTN, prevendo que a taxa de licença para localização e funcionamento é devida pela existência do poder de polícia exercido ou potencialmente exercido pelo Município, sem necessidade de vistoria prévia anual.</p> <p>Atividades de baixo risco – A dispensa de alvará prevista na LC federal nº 123/2006 (alterada pela LC nº 182/2021) não impede o Município de cobrar taxas já instituídas, salvo se houver lei local concedendo isenção, o que não está descrito no enunciado.</p> <p>Resposta correta: (D) – A taxa de licença para localização e funcionamento é devida pela</p> | | |
|--|---|--|--|

| | | | |
|--|---|--|--|
| | <p>simples possibilidade de exercício do poder de polícia, independentemente da efetiva fiscalização ou vistoria do estabelecimento.</p> <p>Diante dos argumentos apresentados pela banca, RECURSO INDEFERIDO.</p> | | |
|--|---|--|--|